



## O OLHAR SOBRE O LUGAR TOMBADO EM PORTO NACIONAL/TO

**Antonio Miranda dos Santos** – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil

[santosmirandaa@gmail.com](mailto:santosmirandaa@gmail.com)

**Rosane Balsan** – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil

[rosanebalsan@hotmail.com](mailto:rosanebalsan@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo aborda a temática do olhar sobre um lugar tombado, tendo como objeto o centro histórico de Porto Nacional/TO, protegido pelo Iphan, desde 2008. A percepção dos atores envolvidos direto e indiretamente no processo de tombamento, bem como no pós-tombamento. Uma abordagem que tem como foco principal o conceito de lugar na geografia humanista, evidenciado no patrimônio cultural. Inicia-se essa discussão refletindo as transformações compulsórias do lugar e, em seguida, explorando a visão de cada ente envolvido no processo de preservação e proteção do bem.

**Palavras-chave:** Geografia Humanista, Tombamento, Porto Nacional, Centro Histórico, Olhar.

### EL MIRAR SOBRE EL LUGAR DECLARADO COMO PATRIMONIO CULTURAL EN PORTO NACIONAL/TO

#### ABSTRACT

Este artículo aborda el tema de mirar un lugar declarado como patrimonio cultural, teniendo como objeto el centro histórico de Porto Nacional / TO, protegido por Iphan, en 2008. La percepción de los actores involucrados directa e indirectamente en el proceso de preservación, así como en el período posterior a la declaración de patrimonio cultural. . Un enfoque que tiene como foco principal el concepto de lugar en la geografía humanista, evidenciado en el patrimonio cultural. Esta discusión comienza reflejando las transformaciones obligatorias del lugar y luego explorando la visión de cada entidad involucrada en el proceso de preservación y protección del bien.

**Keywords:** Geografía Humanista, Declaración de Patrimonio Cultural, Porto Nacional, Centro Histórico, Mirar.

---

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão abordadas percepções sobre o centro histórico de Porto Nacional/TO, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em 2008. O olhar dos entes envolvidos cotidianamente com o lugar, sejam eles habitantes; os que utilizam o lugar como objeto de estudo; bem como, o olhar dos que tem as prerrogativas e a responsabilidade legal pela sua proteção. Para tanto, o conceito de lugar na geografia humanista será referência nas reflexões sobre os olhares no que tange ao bem tombado.

Para a percepção do olhar dos moradores do centro histórico, realizamos conversas com os mesmos, a estas conversas denominamos de eventuais, pois as mesmas não foram agendadas, ocorreram eventualmente em visitas nossas ao centro histórico tombado de Porto Nacional/TO. Aos demais envolvidos na pesquisa, aplicamos questionários e realizamos entrevistas.

Dessa maneira, cabem alguns esclarecimentos acerca de códigos que, por ventura, possam aparecer nas transcrições realizadas. O quadro a seguir sintetiza esses códigos das entrevistas e conversas eventuais (Quadro 1).

**Quadro 1. Códigos das entrevistas e conversas eventuais**

<b>Tipo de pessoa entrevistada</b>	<b>Sigla</b>	<b>Total de entrevistados* e conversas eventuais**</b>
Pesquisadores	Pa, Pb, Pc	03*
Morador (a)	Conversa 1, Conversa 2	35**

Fonte: Org. SANTOS, Antônio Miranda dos., 2018.

Quanto aos gestores e ex-gestores, optamos por identificá-los pelo cargo que representa ou representou e/ou, pelo nome do próprio gestor.

É necessário ressaltar a importância da utilização do método fenomenológico para a realização desta pesquisa. Entendendo que para a fenomenologia o objeto é como o sujeito o percebe, cabendo ao pesquisador a abstração da realidade.

---

A ideia primordial aqui não é apresentar o centro histórico como um espaço geográfico, ou simplesmente um local dentro de um espaço maior, um lugar reconhecido apenas pelas suas funções, mas sim, um lugar possuidor de características que permitem problematizá-las como algo construído a partir das relações vivenciadas pelos seus atores.

Conforme Tuan (2013) a familiaridade com determinada parcela do espaço, através da experiência, faz com que este se torne um lugar. De acordo com o geógrafo, espaço e lugar são denominações do nosso cotidiano, indicando experiências vividas no dia a dia.

Entendendo espacialidade, conforme Gomes (2013), como um conjunto formado pela disposição física sobre um determinado plano. Refletiremos aqui, vários aspectos desse plano, através dos olhares sobre o centro histórico de Porto Nacional, um lugar evidenciado no patrimônio cultural, que sofreu permanências e transformações após o seu tombamento. Esses vários olhares se resumem no olhar dos habitantes, dos usuários, das instituições civil, bem como, no olhar do poder público. Seguindo o raciocínio de Gomes (2013, p.39), “[...] aquilo que está exposto se encontra à vista dos outros e, se for visto será possível de análise, de julgamento”.

Ao discutir sobre a visibilidade do fenômeno sobre a espacialidade, Gomes (2013) destaca e caracteriza três expressões que para o autor fazem parte do nosso cotidiano na dinâmica do olhar, sendo as seguintes:

**a) Ponto de vista**, indicada como uma relação entre o observador e aquilo que está sendo observado, sendo que essa relação é estabelecida pelas posições espacial tanto do observador quanto do observado. O ponto de vista é a posição que nos permite ver certas coisas. O exame da espacialidade, onde estão situados o olhar e o olhado, nos abre todo um campo inédito de análise. **b) Composição**, segundo o autor, é utilizada para qualificar um conjunto de coisas nas suas mais diversas formas. A sua análise serve para compreender o lugar de cada elemento que compõem a espacialidade. **c) Exposição**, a compreensão das coisas se dá quando temos clareza do que deve ser exibido e o que deve se escondido, ou seja, o que deve ser visto e o que não deve ser visto (GOMES, 2013, p. 20, grifo nosso).

Será com base nessas três expressões (supracitadas) destacadas por Gomes (2013) que seguiremos com a nossa discussão a respeito do olhar sobre o lugar tombado em Porto Nacional.

Para isso, adotaremos a seguinte postura: construir uma discussão acerca do processo de transformação ocorrido no lugar, como parte fundamental da relação dialógica existente entre os moradores e os usuários do centro histórico de Porto Nacional, e, destes com os órgãos protetores e gerenciadores do lugar enquanto patrimônio cultural.

---

## O LUGAR E AS TRANSFORMAÇÕES COMPULSÓRIAS

O ano de 2001 pode ser considerado um marco de transformações ocorridas na morfologia do centro histórico de Porto Nacional. Neste ano, conforme o Iphan (2007) apesar da elaboração do Plano Diretor da cidade, que contempla a preservação do núcleo histórico, foram demolidas por parte do poder público municipal, edificações importantes para a história do lugar, como é o caso do Coreto (demolido em 2001), além da remodelação da nova praça (Figura 1): "Neste mesmo ano, são destruídas na praça da catedral, quatro antigas casas e o coreto, cuja a construção é datada de 1948, para a “remodelação” da nova praça, construção do mirante e de sanitários públicos. o mesmo tempo, é aberta e urbanizada a avenida Beira Rio" (IPHAN, 2007, p.5).

**Figura 1. Vista atual da Praça Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional - TO**



Fonte: SANTOS, 26 ago. 2018.

Grande parte da população da cidade de Porto Nacional, especialmente os habitantes do centro histórico, não aceitou pacificamente a destruição das edificações, em especial o coreto em detrimento da construção de uma “nova” paisagem, que teve como referência a Avenida Beira Rio. Iphan (2007, p.5) descreve que: “A demolição desses edifícios, sobretudo o do coreto, gerou muitos protestos da população. Vários segmentos sociais se manifestaram publicamente em comícios e passeatas, realizando o enterro simbólico do coreto logo após a sua demolição que ocorreu em plena madrugada”. Sobre esse episódio, Pereira (2014, p.101) analisa: “[...] hoje há um quadro inóspito e desolador para grande parcela dos moradores de Porto Nacional, que lamenta a perda de parte dos elementos que compunham aquele espaço carregado de valores afetivos e simbólicos”.

---

Sobre elementos que se transformam em símbolos de um lugar para os moradores, Mello (2014, p.39) contribui:

Por símbolo entende-se a parte representativa de todo. O habitué de um lugar se apropria, simbolicamente, dos logradouros, dos prédios e dos artefatos expostos pelo equipamento urbanístico. A destruição ou a mutilação de qualquer objeto geográfico causa ressentimento e protestos, pois afeta as pessoas e suas relações.

Percebe-se, que neste caso específico em Porto Nacional, houve uma ação unilateral por parte da Gestão Municipal da época, ao decidir demolir edificações antigas, carregadas de histórias e simbologias, sem consultar os habitantes do lugar onde essas edificações (em especial o coreto), eram uma referência cultural. Contrapondo a atitudes compulsórias, Tuan (2013) alerta para o cuidado que se deve ter ao propor mudanças significativas para o cotidiano das pessoas nos espaços urbanos. Para o autor é preciso ouvir os moradores a respeito das intervenções que podem causar mudanças no cotidiano do lugar.

Para o Iphan (2007) as referidas mudanças ocorridas no centro histórico da cidade de Porto Nacional, contribuíram para que se despertasse na população uma consciência que culminou na participação popular de diversos grupos em defesa do patrimônio cultural do lugar: “Criou-se na cidade uma consciência tal, que culminou com a participação popular de diversos grupos atuantes na cidade. Cita-se a atuação do “Bloco Carnavalesco Pau Pereira” no episódio do coreto e em outras atuações em defesa do patrimônio cultural” (IPHAN, 2007, p.10).

Pereira (2014) salienta que os habitantes do centro histórico de Porto Nacional procuram resistir às mudanças ocorridas através das práticas cotidianas e pela demonstração de afetividade aos símbolos existentes no lugar. Para a autora, mesmo com as perdas ocorridas, o centro histórico não deixou de ser um lugar. Nessa linha de pensamento, Tuan (1975, apud Holzer, 1999) afirma que o lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas.

Sobre mudanças ou transformações ocorridas na morfologia das cidades ou espaços urbanos, de forma autoritária, Tuan (2013) corrobora: "Muitas expectativas não se realizam e algumas se transformam em pesadelos. Um político revolucionário nos promete uma nova terra e pode nos dar o caos e tirania. Um arquiteto revolucionário nos promete uma nova cidade e pode nos dar gramados vazios e estacionamentos cheios" (TUAN, 2013, p. 218).

Outra medida do poder público, desta vez da esfera federal, que pode ter impactado direta ou indiretamente o olhar dos habitantes e também dos usuários do centro histórico de

---

Porto Nacional foi o tombamento do lugar ocorrido em 2008. E, é exatamente esse olhar sobre o lugar a partir do tombamento que focaremos a nossa análise.

## **O OLHAR DE QUEM HABITA O LUGAR**

Segundo Nogueira (2013) é preciso ver o lugar a partir de quem nele viveu ou vive experiências. Desta forma, não correremos riscos de construir uma imagem distorcida desse lugar. A autora ainda corrobora com essa discussão, afirmando que “[...] é preciso reaprender a ver o lugar, e esta reaprendizagem se dá a partir das histórias narradas por quem vive os lugares” (NOGUEIRA, 2013, p.224).

Por ocasião das conversas eventuais para fins desta pesquisa, ouvimos dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, percepções sobre o centro histórico (o lugar em que habitam) no seu todo: arquitetura, cotidiano do lugar, laços de amizades, preservação, relações com órgãos públicos, vizinhança, etc. Com isso, foi possível observar os olhares desses moradores a respeito do lugar em que moram, nas suas mais diversas características. Percebemos, através de observações, que os olhares dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, são ao mesmo tempo, de apego, de angústia, de frustração, saudosista, cético, pessimista, etc., porém, acima de tudo, percebemos o olhar sobre o lugar. O lugar visível para os habitantes nas suas diversas óticas.

Corroborando com a visibilidade do lugar, Tuan (2013, p.217), discorre:

Os lugares podem se fazer visíveis por inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos. Os lugares humanos se tornam muito reais por meio da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos.

No propósito de analisar a percepção dos habitantes do centro histórico de Porto Nacional, sobre o lugar tombado, citamos um trecho da conversa nº 33. O morador faz o seguinte depoimento: “Aqui já nos tiraram muitas coisas, nos tiraram o coreto, agora nos tiraram o direito de cuidar das nossas casas do jeito que a gente quer [...], o coreto agora só na lembrança, derrubaram tudo, do jeito que eles quiseram”. Verificamos nesta fala algo carregado de angústia, de decepção e de nostalgia. Porém, observamos também a identificação de um exemplar arquitetônico (coreto), que se tornou símbolo para os habitantes do lugar.

Em nossas observações a respeito do centro histórico de Porto Nacional, além do coreto (já demolido pelo poder público municipal, portanto faz parte apenas da memória dos

---

habitantes) foi possível identificar outros espaços e /ou edificações que também se tornaram uma espécie de símbolos representativos para a população do lugar. Símbolos que fazem parte da espacialidade do centro histórico e que estão presentes no cotidiano das pessoas. Entre esses símbolos destacamos: a Catedral Nossa Senhora das Mercês, a Praça Nossa Senhora das Mercês, o Caetanato, (sede da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e educação, COMSAÚDE), o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e a Rua do Cabaçaco (Rua Coronel Pinheiro). Sobre a relação simbologia e lugar, Mello (2008, p.167) contribui: “Lugares e símbolos adquirem profundo significado, através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos”. Na mesma linha de pensamento Tuan (1980) afirma que os símbolos sugerem ser a parte significativa do todo.

Em relação ao que a moradora expressa sobre o coreto, na conversa nº 33, constatamos, além de um olhar nostálgico, uma indignação com a forma como aconteceu a retirada da edificação (ocorrida ainda em 2001) localizada na Praça Nossa Senhora das Mercês. Além disso, foi possível compreender que esse olhar se traduz também num sentimento de perda daquilo que era uma referência do lugar. Isso, nos remete a Merleau-Ponty (1996) a respeito da fenomenologia da percepção. Segundo o autor, a fenomenologia da percepção é uma visão fenomenológica do homem, do mundo e de seus acontecimentos, em que é necessário descrever o real fazendo uma reflexão da experimentação e aprendizagem, recolocando numa subjetividade de lado do seu ser e do tempo.

É possível que o olhar de apego e nostalgia dos moradores em relação ao coreto se explique também pelo que afirma Mello (2008, p.168): “a destruição de um velho e querido prédio, localizado em um logradouro acolá, pode causar aqui ou descontentamento e nostalgia, por ser parte integrante do acervo de um indivíduo, porquanto impregnado pela força do sentimento, da experiência, do reconhecimento e da sensação de pertencimento.”

O sentimento de angústia se torna visível, não só pelo que o morador fala da perda do coreto, mas também, sobre o que ele expressa do direito de cuidar das suas casas: “[...] nos tiraram o direito de cuidar das nossas casas do jeito que a gente quer[...]”. Neste depoimento o habitante revela também sentimento pelo lugar, em especial, o lugar íntimo, a sua casa, o seu lar. Sobre o lugar íntimo, Tuan (2013, p.176) afirma: “O lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar [...]”. Corroborando com Tuan, Relph (2014), reforça o sentimento que temos pela nossa casa (o lar) como um lugar que nos dá identidade:

Lar: é onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, onde se pertence. A ausência do lar pode nos levar a

---

saudade [...] A partir da perspectiva da experiência, lar, constitui o padrão contra o qual todos os outros lugares são julgados, o que é captado nos inúmeros sentimentos populares: “Não há lugar como o lar”. “Lar doce lar”. “Lar é onde está meu coração”. (RELPH, 2014, p. 26).

Na conversa nº. 08, a moradora faz a seguinte manifestação: “Nós queremos cuidar da nossa casa, aqui está a nossa história, as nossas lembranças. Ninguém sabe mais do que nós [...] querer nos obrigar fazer as coisas!”. Nesta fala podemos observar dois aspectos da percepção dos habitantes do centro histórico sobre o lugar tombado. Primeiro, observamos um sentimento de pertencimento pelo o lugar onde moram, um sentimento que passa a ser coletivo, uma vez que, a moradora utiliza sempre o pronome nós para caracterizar de quem é esse sentimento. Segundo, um sentimento de insatisfação às normas de proteção estabelecidas pelo Iphan para conservação dos imóveis localizados na poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Esse sentimento de insatisfação se torna visível na seguinte exclamação: “[...] querer nos obrigar fazer as coisas!”. A respeito dessa insatisfação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, em relação a aplicação das normas de conservação e preservação dos bens tombados é possível que a mesma, tenha como principais causas, o não envolvimento destes moradores no processo de tombamento do lugar, bem como, a falta de ações sensibilizadoras ao longo do processo de tombamento, que pudessem esclarecer o que é o tombamento, seus efeitos e o papel de cada ator social no processo de conservação e preservação dos bens protegidos.

Os dois aspectos supracitados (sentimento de pertencimento e a insatisfação dos moradores) tornam-se para nós visíveis tanto pelo conteúdo, quanto pela forma que o conteúdo foi expressado pela moradora. Sobre essa ótica Gomes (2013) afirma que a visibilidade depende de três elementos, sendo eles: as leituras dos sentidos que emergem entre o lugar e o evento; a morfologia do espaço físico onde se mostra e seja capaz de garantir a convergência de olhares que levem à captura da atenção e; que os observadores sejam sensíveis aos novos sentidos nascidos da aproximação entre o lugar e o evento que se apresenta.

É importante reafirmar que a discussão abordada aqui sobre o centro histórico de Porto Nacional, leva em consideração o olhar a partir do tombamento do lugar. Tendo como referência o conjunto, ou seja, a sua espacialidade. Sobre essa leitura Gomes (2013, p.38), destaca: “A visibilidade [...] depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque”.

---

Por ocasião das observações realizadas no centro histórico de Porto Nacional, constatamos nos habitantes do lugar uma sensação de que falta algo. Talvez essa sensação seja o afloramento do sentimento de perda (já mencionado) expressado pelos moradores durante as conversas eventuais. Não obstante, também foi possível enxergar nesses habitantes, principalmente os mais antigos, um estímulo de resistência. No entanto, podemos levantar o seguinte questionamento: resistência a quê e/ou a quem?

Conforme já afirmado neste trabalho, o centro histórico de Porto Nacional, ao longo do tempo, passou por transformações que, no olhar de seus habitantes provocaram perdas. É visível o descontentamento com o esvaziamento do lugar, residências fechadas, abandonadas e se deteriorando com o tempo (Figura 2).

**Figura 2. Imóvel abandonado localizado no centro histórico de Porto Nacional - TO**



Fonte: SANTOS, 26 ago. 2018.

Para alguns moradores, esse esvaziamento é reflexo da falta de políticas públicas que fomentem atividades comerciais, culturais e turísticas (Figura 3). Políticas que ao mesmo tempo incentivem a permanência da população no centro histórico.

**Figura 3. Cotidiano do lugar**



Fonte: SANTOS, 2018.

Podemos observar esse descontentamento relacionado ao esvaziamento do lugar, no depoimento mencionado na conversa n°.20:

[...] O centro histórico está morto, muita gente mudou daqui. Alguns cederam suas casas pra outros morarem, outros deixaram fechadas, outros alugaram bem “baratinho”. [...] não há incentivo para o povo permanecer. O que foi prometido nunca aconteceu. Disseram que ia ter crédito para o povo cuidar das casas, nunca mais falaram nisso. Outra, nós não somos ouvidos pra nada, quando chegam, já é com tudo pronto. Você vê aí, não tem comércio, poucas pessoas na rua. Sinto falta de celebrações no centro histórico, falta de comunicação. Antigamente tinha os festivais, os eventos. Havia o Pátio Cultural Mestre André. Mas, estamos aí na luta, não podemos nos entregar, a gente tem que lutar pelo que é nosso, a nossa história.

É importante compreendermos nesta situação específica (referente a conversa n°. 20) que, é o olhar de quem se sente atingida pelas políticas (ações do poder público) e/ou, pela falta dessas políticas, que é expressado verbalmente com caráter de descontentamento, de desaprovação, de lembranças, mas também de resistência.

## **O PONTO DE VISTA DO USUÁRIO**

*"[...] o lugar encarna as experiências e as aspirações das pessoas. [...] ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado" (TUAN, 1979, p.387, apud HOLZER, 1999, p.70).*

Para o desenvolvimento desta pesquisa, conforme consta na metodologia, tivemos contato com os usuários do centro histórico de Porto Nacional. No entanto, priorizamos enquanto usuários, pesquisadores (as) que já publicaram trabalhos acadêmicos sobre o centro

---

histórico. Entendemos que, a concepção destes usuários sobre o lugar nos possibilitará melhor visibilidades sobre o nosso objeto de estudo.

Compreendemos que o lugar é cheio de significados diversos, porém, esse pluralismo de significados depende da perspectiva de quem o olha, bem como, depende do que é experienciado no lugar. Nesta linha de pensamento, Chaveiro (2014, p.268) acrescenta: “um lugar com a mesma materialidade não tem os mesmos sentidos para um sujeito ou para o outro”.

Nossa discussão a respeito do olhar do pesquisador (a) sobre o seu objeto de estudo, neste caso, o centro histórico de Porto Nacional, tentará trazer reflexões sobre o lugar, suas transformações, bem como, causas e efeitos dessas transformações no contexto da cotidianidade dos habitantes do lugar tombado. Claro que, aqui faremos nossa análise a partir da abordagem de outro pesquisador, porém, entendemos, como afirma Gomes (2013), que a abordagem também é uma forma de olhar.

Neste sentido, inicialmente, analisaremos a impressão do pesquisador (P-a), a respeito da visibilidade que o mesmo tem sobre o centro histórico de Porto Nacional: " [...] vejo um centro histórico de certa forma abandonado. Faltam ações do poder público que possam dar vida para aquele lugar. É um lugar meio morto, sem atividades culturais, sem comércio. O lugar está meio vazio".

Na perspectiva de tentar compreender como pode agir o pesquisador no relacionamento com seu objeto e, por conseguinte, com o campo a ser pesquisado poderíamos fazer uma reflexão antropológica ou até mesmo filosófica a respeito do olhar do referido pesquisador sobre o centro histórico de Porto Nacional. Porém, o nosso objetivo aqui é discutir este olhar dentro da geografia humanista, a partir de uma análise fenomenológica. Destarte, lembramos o que diz Gomes (2013 33): “A visibilidade é um fenômeno que está estreitamente relacionado à posição daquilo que é visto no espaço. Se isso tampouco for contestado, podemos continuar e, logicamente, afirmar que a visibilidade é um fenômeno com uma incontornável geograficidade”.

Voltando ao que diz o pesquisador (P-a), percebemos que a visibilidade deste sobre o centro histórico de Porto Nacional, é de um lugar abandonado pelas ações do poder público, um lugar sem dinâmica cultural, comercial, enfim, um lugar sem movimento sócio/econômico e cultural.

Outro olhar expressado verbalmente pelo pesquisador (P-b), diz o seguinte: "[...] vejo que, quem mora lá, ficou lá e não saiu, ama aquele lugar e defende aquele lugar, não quer sair

---

de lá". Essa visibilidade do referido pesquisador sobre os habitantes, caracteriza aqueles que criaram identidade com o lugar onde moram e onde querem viver. Identidade que é fruto das relações que são construídas entre os homens e a paisagem do lugar.

Sobre essa linha teórica Carlos (2007, p.22) corrobora: “O lugar é fruto das relações humanas entre o homem e a natureza, tecido por relações sociais que se realizam [...], produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece, porque é o lugar da vida”.

Em suas reflexões sobre lugar e sujeito, Berdoulay e Entrikin (2014) concordam que o intenso sentimento de pertencimento, que cria uma fusão entre o indivíduo e seu mundo vivido, pode ser elevado por elementos mensuráveis ou por curtas relações existenciais que compõem nossa vida cotidiana. Dessa forma, entendemos que é através desta dinâmica relacional entre indivíduo e o mundo vivido, que se constrói uma identidade do lugar.

O pesquisador (P-c), contribui com nossa análise afirmando:

Vejo o centro histórico de Porto Nacional como algo que pede socorro. Tem muita coisa que não está dando certo, parece que não está havendo diálogo do Iphan e da prefeitura com as pessoas do centro histórico. Mas o centro histórico é o coração da cidade, é muito bom. A gente ver que a história da cidade está ali. [...] vejo que as pessoas se sentem pressionadas com uma certa imposição para cuidar das suas casas. Agente ver que tem casa que está com a fachada bonitinha sem ter ocorrido a imposição do Iphan.

Neste depoimento do pesquisador (P-c), conseguimos imaginar dois olhares sobre o lugar. Primeiro, um olhar de reconhecimento do centro histórico como um lugar que é um marco na história da cidade, “[...] o centro histórico é o coração da cidade, é muito bom. A gente ver que a história da cidade está ali”. Segundo, um olhar de preocupação motivado pela falta de diálogo das instituições com os habitantes do lugar: “[...] O centro histórico pede socorro [...] vejo que as pessoas se sentem pressionadas com a imposição para cuidar das suas casas. [...] Parece que não está havendo diálogo”.

Ao invés de tentarmos fazer uma análise desses supostos olhares supracitados, e, ao mesmo tempo, no propósito de abrir um leque para futuros trabalhos sobre o centro histórico de Porto Nacional, referente a esta temática, optamos em deixar os seguintes questionamentos:

a) O centro histórico de Porto Nacional, hoje, pode ser considerado um lugar que representa a vida e a história da cidade?

---

b). Podemos considerar o tombamento do centro histórico de Porto Nacional, como um evento aguçador de possíveis descontentamentos dos moradores do lugar com o poder público?

A visibilidade e/ou invisibilidade das instituições sobre o lugar tombado

## **A VISIBILIDADE E/OU INVISIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES SOBRE O LUGAR TOMBADO**

Conforme Gomes (2013), a visibilidade é tratada exclusivamente como visibilidade ou invisibilidade de determinados grupos sociais. Desta forma, o referido autor corrobora: “Nesses casos, o fenômeno se confunde com a noção de reconhecimento e com uma forçosa atribuição de importância ao foco do olhar, do que resulta uma superposição problemática entre duas coisas bem diversas: o ato de ver e o de conscientemente conferir valor ao que é visto”. (GOMES, 2013, p. 10).

É nesse propósito que enveredaremos nossa discussão sobre o olhar das instituições públicas e civil, a respeito do centro histórico tombado de Porto Nacional. Podendo esse olhar, em determinadas situações, ser conferido por nós, do ponto de vista da visibilidade ou da invisibilidade. Porém, sem nunca perder o sentido de lugar, conforme pondera Oliveira (2014, p.15): “É o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior”.

Para a Paróquia Nossa Senhora das Mercês, localizada na poligonal de tombamento, aqui representada pelo seu pároco. Conforme resposta ao questionário aplicado ao pároco para fins deste trabalho, afirma: “com o evento (tombamento), evidenciou-se muitas coisas no município, uma delas, a sua visibilidade para o mundo: “[...] Ao aproximar os 10 anos de tombamento, muitas coisas foram evidenciadas, inclusive a própria evidência da cidade de Porto Nacional para o mundo [...]”

Nesta percepção apresentada pelo pároco, podemos conceber que o tombamento do centro histórico de Porto Nacional, caracteriza-o, de acordo com Gomes (2013, p.23) como um lugar de exposição: “Lugares de exposição são lugares de grande e legítima visibilidade”. Segundo o referido autor, o que se coloca em exposição deve ser visto, olhado, observado e

---

julgado. Nesta perspectiva, poderemos questionar: a quem interessa o centro histórico de Porto Nacional, como um lugar de exposição?

Num outro trecho do referido questionário, o representante da paróquia expressa o seu sentimento sobre a situação dos moradores a respeito da conservação dos imóveis: “[...]O sentimento que se tem no âmago dos moradores do centro histórico é a ideia de que todos “estão de mãos atadas por se sentirem perdidos no que se refere a manutenção da estrutura física”. Neste caso, poderíamos identificar através do olhar apresentado pelo pároco, que interessa aos habitantes do lugar tombado, a preservação e conservação de seus imóveis. Porém, o que estaria dificultando essa preservação e conservação é o desconhecimento que os mesmos têm das normas estabelecidas pelo órgão responsável pela proteção ao bem tombado.

A COMSAÚDE, com sede no lugar desde 1969. Em respostas ao questionário para fins desta pesquisa, seu representante afirma perceber que a comunidade não está envolvida nas discussões em prol da preservação do centro histórico. Além disso, sente que os pontos turísticos e culturais não são valorizados: “[...] A comunidade não está envolvida nas discussões do centro histórico [...] sinto falta de uma campanha de valorização dos pontos turísticos e culturais por parte da prefeitura e também do Iphan. O museu poderia ter mais visibilidade e funcionalidade, assim como outros”.

Destarte, poderíamos identificar algumas percepções da referida instituição a respeito da espacialidade do centro histórico de Porto Nacional. No entanto, destacaremos aqui apenas duas percepções. A primeira, um olhar sobre o não envolvimento dos habitantes do lugar nas discussões sobre o centro histórico. O que poderia nos possibilitar a uma reflexão sobre as causas desta falta de envolvimento. No entanto, este não é o nosso foco para o momento. A segunda percepção, seria a falta de valorização das referências turístico/cultural por parte dos órgãos públicos e sua pouca visibilidade.

Nesta perspectiva, os lugares, segundo Chaveiro (2014) são cheios de subjetividades que nem por isso estão livres de controle ou de conflitos. O autor contribui com a discussão sobre lugares simbólicos, através da seguinte reflexão: “[...] lugares simbólicos como as catedrais, teatros, cinemas, [...]. Os lugares aqui não são apenas concebidos, mas vividos pela experiência do corpo” (CHAVEIRO, 2014, p.268).

A gestão pública municipal de Porto Nacional, aqui representada pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo (SECULT), em respostas ao questionário para embasamento teórico deste trabalho, afirma: “Para a SECULT e seus colaboradores, o

---

centro histórico de Porto Nacional é o melhor atrativo turístico da cidade [...]”. Seu representante, ainda faz a seguinte afirmação: “O tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi a forma adequada para a preservação de nosso importante centro histórico, que tem a catedral Nossa Senhora das Mercês como símbolo turístico”.

É acreditável perceber nestas afirmações do representante da SECULT, que a atual gestão municipal, olha o lugar tombado em Porto Nacional mais como um atrativo turístico do que um patrimônio que guarda a sua cultura, a sua história. É certo que, um patrimônio cultural, pode sim, se transformar em um atrativo turístico. Contudo, a preocupação maior ao tomar um bem cultural deve ser conservar a sua originalidade. Assim, a sua história estará sendo preservada e protegida. Além disso, a atração turística do centro histórica deve estar alinhada à preservação da sua história e tradições.

Entretanto, neste trabalho, não faremos uma discussão a respeito da relação patrimônio cultural e turismo, pois, esta não é a proposta desta pesquisa. Optamos neste caso específico, suscitar uma reflexão sobre o papel do poder público municipal, na preservação do centro histórico como um lugar evidenciado no patrimônio cultural.

À face do exposto, deixamos os seguintes questionamentos:

- a). Qual o papel da prefeitura no processo de preservação de um lugar tombado na esfera federal?
- b). Como o poder público municipal poderia contribuir com a espacialidade do lugar, no que tange a relação de quem olha (neste caso o habitante) e o que é olhado (o centro histórico tombado)?

A Superintendência do Iphan no Tocantins, órgão responsável pela proteção do centro histórico tombado em Porto Nacional, participou desta etapa da pesquisa por meio de respostas ao questionário elaborado por nós para finalidade deste trabalho. No entanto, em algumas perguntas do questionário, obtivemos respostas generalizadas e pouco objetivas.

Como exemplo, mencionamos a questão n.º.1: O que representa o tombamento de Porto Nacional para o Iphan? Para responder a referida pergunta, a autarquia através de seus representantes no Tocantins, encaminhou em anexo, Parecer Técnico n.º.003/2008, com o seguinte texto introdutório:

Para responder esta questão remetemos ao processo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional - TO que contém a justificativa apresentada no dossiê de tombamento que subsidiou a análise da parecerista do IPHAN, ao

---

parecer técnico do IPHAN e do Conselheiro que compõe o Conselho Consultivo conforme prevê o Decreto Lei nº 25/1937 (IPHAN, 2008b, grifo nosso<sup>1</sup>).

Face ao exposto, é possível deduzir dois pontos de vistas referente ao posicionamento do Iphan/TO: o primeiro é que os atuais<sup>2</sup> representantes do Iphan no estado do Tocantins, que têm prerrogativas insipientes para falar da representatividade do tombamento do centro histórico de Porto Nacional. O segundo é que talvez, o que representa o tombamento no olhar dos atuais gestores do Iphan no Tocantins, seja contrário ao que consta no dossiê de tombamento.

Numa outra questão do referido instrumento de pesquisa (questionário), perguntado como a instituição percebe (ver) a aceitação dos habitantes do lugar tombado em relação as políticas de preservação desenvolvidas pelo o órgão, obtivemos resposta basicamente técnica, conforme segue:

É importante ressaltar que o IPHAN não realizou pesquisa de satisfação com comunidade. [...]. É importante ressaltar que a missão do Instituto é “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país[...].

Diante disso, é correto pensar que as tratativas do Iphan com os habitantes do lugar tombado em Porto Nacional, sejam meramente técnicas. O que a nosso ver, em certas situações, esta fazível relação da entidade com os moradores e proprietários, poderá causar insatisfação dos habitantes com as normas de preservação defendidas pela autarquia, fomentando assim, prováveis conflitos que dificultarão o processo de preservação do lugar tombado.

Não pretendemos aqui fazer críticas às normas técnicas do Iphan, nem tão pouco admoestar a conduta técnica da autarquia no centro histórico de Porto Nacional. Todavia, queremos ponderar sobre a necessidade de um diálogo, que leve em consideração o significado do centro histórico para seus habitantes, bem como, que se leve em consideração uma identidade, construída através da vivência cotidiana do habitante com o lugar.

Nesta mesma linha, Relph (2014, p.30) contribui com a supracitada ponderação: “Entendo que significa uma forma de se relacionar com lugar que é sensível, que não impõe

---

<sup>1</sup> O objetivo do grifo foi destacar a manifestação da autarquia no Tocantins a respeito da primeira pergunta do questionário.

<sup>2</sup> Quanto ao termo *atuais representantes do Iphan*, referimo-nos à gestão da superintendência do Iphan no período em que ocorreu esta pesquisa, 2017 e 2018.

---

nossa vontade ou algum projeto abstrato, mas permite que as coisas sejam elas mesmas, trabalhando com o que já existe e, atento à forma como lugar, estar aberto para o mundo”.

Identificamos neste trabalho, uma relação Iphan/habitante do centro histórico de Porto Nacional, bastante desgastada. É imaginável que as prováveis causas desse desgaste tenham origem na etapa de mobilização para o tombamento do lugar. Todavia, percebemos que ao longo desses dez anos de tombamento, não houve por parte da autarquia uma atuação que na prática pudesse superar prováveis erros de procedimentos ocorridos durante o processo de tombamento. Pelo contrário, visualizamos por parte do órgão responsável pela proteção do centro histórico, uma atuação com base no tecnicismo e na concepção de lugar meramente de atribuições e funções. Além disso, não identificamos ações educativas e/ou sensibilizadoras que pudessem possibilitar a compreensão e aceitação dos moradores do lugar tombado a respeito das normas de conservação dos imóveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É indispensável o entendimento de que patrimônio não é um conjunto de edificações, ou seja, não se refere apenas a um conjunto de bens antigos ou aqueles com características semelhantes, mas um conjunto da cidade, espaços e interstícios urbanos que, somados aos edifícios históricos são portadores da memória de um povo. Patrimônio cultural refere-se também às práticas socioculturais e ao cotidiano a partir das relações e pertencimento.

Além disso, deve ser levado em consideração, que o centro histórico de Porto Nacional é um lugar de tradições e vivências e que seus habitantes, devem ser sujeitos de todo processo de permanências e transformações do lugar. Assim, é fundamental o envolvimento do poder público, em qualquer das esferas, no processo de fortalecimento do centro histórico como um lugar de vivência e experiência.

Ressaltamos que envolvimento aqui, significa participação ativa na preservação da memória, história e tradições. Compreendendo e fazendo valer que os habitantes do centro histórico sejam ouvidos em todo processo de permanência e transformações do lugar.

---

## REFERÊNCIAS

BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, John Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. *In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014.*

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FELCH, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O sentido do lugar. *In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014, p. 250-279.*

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78. jul./dez., 1999. Disponível em [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_6\\_holzer.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf). Acesso em 13 de mar. 2018.

IPHAN. **Dossiê de Tombamento de Porto Nacional - TO.** Iphan, 2007.

MELLO, João Batista Ferreira. Símbolo dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, edição comemorativa, p.167-174, 2008.

MELLO, João Batista Ferreira. O triunfo do lugar sobre o espaço. *In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014, p. 31-68.*

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NOGUEIRA, Amélia, Regina Batista. A Geografia e a experiência do mundo. *In: BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. (Orgs.). Geografia e Pensamento geográfico no Brasil.* São Paulo: Annablume, 2013.

OLIVEIRA, Livia. O sentido do lugar. *In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 4-16.*

PEREIRA, Mariele Rodrigues. Porto Nacional: entre o lugar como referência cultural e as intervenções no espaço urbano. **Habitus**, v.13, p.63-88, 2014.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, aspectos e essência de lugar. *In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014, p.17-32.*

---

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência (Traduzido por Livia de Oliveira). Londrina:Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

---

**Antonio Miranda dos Santos**: Graduado em Licenciatura plena em História pela Universidade do Tocantins-UNITINS- Especialista em História Social pela Universidade Federal do Tocantins- UFT- Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de patrimônio cultural, tanto na esfera estadual como na esfera federal, onde atuou como técnico e gestor em patrimônio da Secretaria de Cultura do Tocantins e do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional - IPHAN - E-mail para contato: [santosmirandaa@gmail.com](mailto:santosmirandaa@gmail.com)

**Rosane Balsan**: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1997), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Criou e Coordenou o Programa de Extensão da Terceira Idade do Cassino da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Turismo, Patrimônio Cultural e Geografia Regional. Atualmente é professora associada, nível 2, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional e Também coordenou e participou dos Projetos Financiados pelo MEC - ProExt 2009, ProExt 2010, ProExt 2011, ProExt 2015 (na linha temática de Preservação do Patrimônio Cultural Realizou o estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - 2016). Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades - NEUCIDADES e responsável pelo Projeto Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional-TO. E-mail para contato: [rosanebalsan@hotmail.com](mailto:rosanebalsan@hotmail.com)

---

Recebido para publicação em 17 de dezembro de 2020.

Aceito para publicação em 11 fevereiro de 2020.

Publicado em 18 de fevereiro de 2020.